



JOÃO PAULO OLIVEIRA

Direito
ELEITORAL



NA **MEDIDA CERTA**
PARA
CONCURSOS

11^a Edição

revista, atualizada
e ampliada

2025



 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

O48d Oliveira, João Paulo.

Direito Eleitoral na Medida Certa para Concursos / João Paulo
Oliveira – 11.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm,
2025.

280 p.

ISBN: 978-85-442-5815-6

1. Direito Eleitoral. I. Oliveira, João Paulo. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	19
---------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

DIREITO ELEITORAL	21
--------------------------------	-----------

1.1. Conceito	21
1.1.1. Competência legislativa em matéria eleitoral	22
1.1.2. Fontes do Direito Eleitoral.....	22
1.2. Direitos políticos.....	23
1.2.1. Suspensão e perda de direitos políticos.....	24
1.2.1.1. Perda de naturalização por sentença transitada em julgado	25
1.2.1.2. Incapacidade civil absoluta.....	26
1.2.1.3. Condenação criminal por sentença transitada em julgado	27
1.2.1.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta.....	28
1.2.1.5. Improbidade administrativa	28
1.3. Sufrágio.....	29
1.3.1. Voto	29
1.3.1.1. Características do voto	29
1.4. Princípio da anualidade	30

CAPÍTULO 2

JUSTIÇA ELEITORAL	31
--------------------------------	-----------

2.1. Criação e características	31
2.2. Membros da Justiça Eleitoral	32
2.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	33
2.4. Tribunais Regionais Eleitorais	40

2.5. Juízes eleitorais	45
2.6. Juntas Eleitorais	48

CAPÍTULO 3

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	51
3.1. Conceito	51
3.2. Procurador-Geral Eleitoral	51
3.3. Procurador Regional Eleitoral.....	52
3.4. Promotores Eleitorais	53

CAPÍTULO 4

ALISTAMENTO ELEITORAL	55
4.1. Conceito	55
4.2. Procedimento	60
4.3. Domicílio eleitoral	63
4.3.1. Transferência eleitoral	65
4.4. Título eleitoral.....	67
4.5. Cadastro de eleitores.....	69
4.6. Cancelamento e exclusão de eleitores	69
4.6.1. Das hipóteses de cancelamento.....	70
4.6.1.1. Ofensa ao art. 5º do Código Eleitoral.....	70
4.6.1.2. Ofensa ao art. 42 do Código Eleitoral	71
4.6.1.3. Pluralidade de inscrições eleitorais.....	71
4.6.1.4. Falecimento do eleitor	74
4.6.1.5. Perda e suspensão de direitos políticos.....	74
4.6.1.6. Deixar de votar em 3 eleições consecutivas	75
4.6.2. Processo individual de cancelamento de inscrição eleitoral.	77
4.7. Revisão do eleitorado.....	79

CAPÍTULO 5

ELEGIBILIDADE.....	83
5.1. Conceito	83
5.2. Hipóteses constitucionais de elegibilidade.....	84

5.2.1.	Nacionalidade brasileira	84
5.2.2.	Pleno exercício dos direitos políticos	84
5.2.3.	Alistamento eleitoral.....	85
5.2.4.	Domicílio eleitoral na circunscrição	85
5.2.5.	Filiação partidária.....	85
	5.2.5.1. Situações específicas	86
	5.2.5.2. A situação dos militares	88
5.2.6.	Idade mínima.....	90
5.3.	Outras hipóteses de elegibilidade.....	91

CAPÍTULO 6

INELEGIBILIDADE	93
6.1. Conceito	93
6.2. Reeleição	94
6.3. Desincompatibilização.....	96
6.4. Inelegibilidade por parentesco.....	104
6.5. Inelegibilidade absoluta	108

CAPÍTULO 7

SISTEMAS ELEITORAIS.....	115	
7.1. Conceito	115	
7.2. Sistema majoritário.....	115	
7.3. Sistema proporcional.....	118	
	7.3.1. Sistema proporcional de listas abertas.....	125

CAPÍTULO 8

REGISTRO DE CANDIDATURAS	127	
8.1. Processo eleitoral	127	
8.2. Convenções partidárias.....	127	
	8.2.1. Candidatura nata	129
8.3. Registro de candidatura	130	
8.4. Variação nominal no registro	142	
8.5. Substituição de candidatos	144	

CAPÍTULO 9

ARRECADAÇÃO E GASTOS EM CAMPANHA ELEITORAL..... 147

9.1. Arrecadação e gastos eleitorais.....	147
9.2. Limite de gastos.....	147
9.3. Arrecadação na campanha eleitoral	148
9.3.1. Fontes de arrecadação	153
9.3.2. Fontes vedadas de doação para campanha eleitoral.....	157
9.3.3. Dos gastos de campanha.....	159
9.4. Prestação de contas	161

CAPÍTULO 10

PROPAGANDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA..... 165

10.1. Conceito	165
10.2. Propaganda partidária	166
10.2.1. Dos Objetivos.....	167
10.2.2. Das formas de veiculação da propaganda partidária	167
10.2.3. Das proibições na propaganda partidária	169
10.3. Propaganda intrapartidária.....	171
10.4. Propaganda eleitoral.....	172
10.4.1. Conceito, objetivos e termo inicial	172
10.4.2. Da propaganda proibida	175
10.4.3. Da proibição da propaganda eleitoral nos bens públicos e nos bens de uso comum.....	177
10.4.4. Da propaganda em bens particulares.....	179
10.4.5. Da realização da propaganda eleitoral.....	180
10.4.6. Da propaganda eleitoral no dia da eleição	183
10.4.7. Da propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens	184
10.4.8. Da propaganda na imprensa escrita.....	185
10.4.9. Da propaganda no rádio e na televisão.....	187
10.4.9.1. Dos debates.....	188
10.4.9.2. Do horário eleitoral gratuito.....	191
10.4.9.2.1. Divisão do tempo entre candidatos.....	196

10.4.9.2.2. Propaganda por inserção	197
10.4.10. Propaganda eleitoral através da Internet	199
10.5. Poder de polícia na propaganda eleitoral	203
10.6. Direito de resposta	205
CAPÍTULO 11	
ELEIÇÕES	209
11.1. Introdução	209
11.2. Seções eleitorais	209
11.2.1. Localização das seções eleitorais.....	210
11.2.2. Proibições	211
11.3. Mesa receptora.....	212
11.3.1. Fiscalização	213
11.4. Garantias eleitorais.....	214
11.5. Eleição	215
11.6. Diplomação	217
CAPÍTULO 12	
PARTIDOS POLÍTICOS	219
12.1. Conceito	219
12.2. Personalidade jurídica	219
12.3. Criação e registro dos partidos políticos	221
12.4. Estrutura interna dos partidos políticos.....	228
12.5. Cláusula de barreira	231
12.6. Coligações partidárias	233
12.7. Federações Partidárias	235
12.8. Filiação partidária.....	237
12.9. Da perda de filiação	238
CAPÍTULO 13	
AÇÕES ELEITORAIS	241
13.1. Ações Eleitorais Típicas	241
13.2. Ação de Impugnação ao registro de candidatura.....	242

13.2.1.	Legitimidade.....	243
13.2.2.	Rito.....	244
13.2.3.	Consequências da ação	245
13.3.	Ação de Investigação Judicial Eleitoral	245
13.3.1.	Legitimidade.....	246
13.3.2.	Rito.....	246
13.3.3.	Consequências da procedência da ação.....	248
13.4.	Representações Especiais.....	248
13.4.1.	Representação por ilícitos cometidos em arrecadação e gastos em campanha eleitoral.....	249
13.4.2.	Representação por captação ilícita de sufrágio	249
13.4.3.	Representação por condutas vedadas a agentes públicos em campanha	250
13.4.4.	Resumo das representações especiais.....	251
13.5.	Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo.....	252
13.5.1.	Legitimidade.....	253
13.5.3.	Rito.....	253
13.4.4.	Consequências da procedência da ação.....	254
13.5.	Recurso Contra Expedição de Diploma	254
13.5.1.	Legitimidade.....	255
13.5.2.	Rito.....	255
13.5.3.	Consequências da procedência da ação.....	255

CAPÍTULO 14

RECURSOS ELEITORAIS.....	257
14.1. Prazo.....	257
14.2. Efeito suspensivo	258
14.3. Recursos em Espécie	262
14.3.1. Recurso contra decisões dos juízes eleitorais.....	262
14.3.2. Recursos contra decisões das juntas eleitorais.....	265
14.3.2.1. Dos recursos parciais.....	265
14.3.2.2. Recurso inominado	266
14.3.3. Recurso contra as decisões do TRE.....	266

14.3.3.1. Recurso parcial	266
14.3.3.2. Embargos de declaração	267
14.3.3.3. Recurso especial.....	269
14.3.3.4. Agravo.....	272
14.3.3.5. Recurso ordinário	273
14.3.3.6. Agravo interno / regimental.....	274
14.3.4. Recursos contra decisões do TSE.....	274
14.3.4.1. Recurso extraordinário	275
14.3.4.2. Agravo.....	275
14.3.4.3. Recurso ordinário	275
14.3.4.4. Agravo regimental	276

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 277